



By @kakashi_copiador

Aula 04 (Somente em PDF) - Prof. Márcio Damasceno

CNU (Bloco 1 - Infraestrutura, Exatas e
Engenharia) Redação Sem Correção -
2024 (Pós-Edital)
Autor:

**Carlos Roberto, Marcio
Damasceno**

26 de Fevereiro de 2024

Primeira Rodada de temas.....	1
Tema 1 – Políticas públicas.....	4
Proposta de Solução.....	5
Tema 2 – Sistemas de Governo	6
Proposta de solução	7
Tema 3 - Igualdade Racial.....	8
Proposta de solução	9
Tema 4 – LAI.....	11
Proposta de solução	11
2 PRÁTICA	13

PRIMEIRA RODADA DE TEMAS

Olá, meus nobres alunos. Bem-vindos à nossa primeira rodada de temas. O curso será organizado da seguinte maneira: **duas rodadas de conhecimentos gerais e duas rodadas de conhecimentos específicos**. Isso se deve à controvérsia sobre o escopo da prova (ver vídeo no link do rodapé)¹. Por conservadorismo, vamos dividir o curso dessa forma.

Desde já gostaria de fazer uma observação: **não é objetivo do curso trabalhar o conteúdo de cada tópico do edital**. O foco é desenvolver a capacidade de construir um bom texto, com o mínimo de erros e de acordo com as normas do edital.

Nesse sentido, destaco o seguinte aspecto do seu edital:

7.1.2.8 - A avaliação da questão dissertativa, cujo número de linhas esperado será explicitado em seu enunciado, considerará:

[...]

b) quanto ao uso do idioma, atribuindo-se 50% (cinquenta por cento) do valor total da questão, a proficiência na instrumentalização de conhecimentos ortográficos, gramaticais adequados à norma-padrão e textuais

¹ No webinário que fizemos exploramos as razões dessa controvérsia. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=y5buNhyrPnA>



(introdução, desenvolvimento, conclusão, observando-se coerência e coesão). Caso a questão receba nota zero quanto aos Conhecimentos Específicos, não será avaliada quanto ao uso do idioma.

O nosso objetivo é trabalhar esses atributos, os quais compõem 50% da sua nota. O conteúdo, aprendido nos cursos teóricos aqui do Estratégia, é pré-requisito.

Observe também que o edital demanda um texto com introdução, desenvolvimento, conclusão. Esse será o padrão que utilizaremos neste curso. Quanto ao número de linhas, apesar de o edital ser omisso, não acredito num texto de mais de 60 linhas. Vocês terão apenas 2h 30min para a prova objetiva de conhecimentos gerais e para a discursiva, então acredito num texto de até 45 linhas (no máximo!). Portanto, iremos trabalhar neste curso com propostas de até 45 linhas.

1. Simule as mesmas condições da sua prova

Simular o ambiente de prova significa reproduzir, ao máximo, as condições da sua realização. Quanto mais isso for levado a sério, mais natural será a realização da prova, contribuindo para que você esteja mais calmo nesse momento. Utilize a folha de respostas padrão da banca, incluída em aula específica. Use caneta esferográfica de cor preta. Isso também é importante. Estabeleça um tempo determinado para realizar a prova objetiva e discursiva. Leve isso em consideração durante a realização dos simulados.

Seguir esses passos é essencial para que você se conheça melhor, diagnosticando seus pontos fracos, caso haja. Ainda há tempo para você trabalhar os possíveis pontos de melhoria, então recomendo que invista nisto. Leve a sério a filosofia socrática do “conhece-te a ti mesmo”.

2. Estratégia de prova

Muitos alunos me perguntam sobre **estratégia de prova**, se primeiro começam pela parte objetiva ou pela discursiva. A primeira coisa que eu respondo é que isso é muito particular, ou seja, cabe a cada um verificar, na prática (entre outras coisas, para isso servem os simulados), qual o método com melhor resultado.

O que eu posso dividir com vocês é a minha experiência como concursaço. Inicialmente, antes de começar a prova objetiva, eu lia a questão discursiva e anotava as primeiras ideias de resposta num rascunho, sem perder muito tempo. É o famoso "brainstorm" ou tempestade de ideias.

Feito isto, ia para a parte objetiva. Depois de resolver as questões, voltava para a discursiva, dessa vez para fazê-la definitivamente.

Acho essa estratégia interessante por vários motivos. Primeiro porque com a discursiva encaminhada, você seguirá para a prova objetiva mais tranquilo. Além disso, novas ideias podem “brotar” no seu cérebro durante a prova, podendo advirem, inclusive, de alguma questão objetiva que trate sobre assunto correlato a sua dissertação.

Sobre esse último ponto, um parêntesis: em hipótese alguma transcrevam, exatamente, algum trecho da prova objetiva na prova dissertativa, combinado? Já houve prova em que o examinador identificou e anulou o trecho copiado.



Ok, professor. Mas você pintou o "caminho feliz"... e se eu ler a discursiva e não fizer a mínima ideia do que ela está tratando? Bem, nesse caso, a primeira coisa que deve vir a sua mente é "**fique calmo**". O impulso natural é passar um filme na sua cabeça, imaginando que todos aqueles finais de semana dedicados, que todos os seus esforços foram infrutíferos. Mas eu vou te dar bons motivos para que você não tema ou não se desestabilize perante a essa possibilidade.

Pense comigo. Você estudou bastante para essa prova, utilizou bons materiais. Então, creio que a chance de cair algo que você desconheça integralmente é baixa. Além disso, se "der ruim" para você, isso também deve ter acontecido com muita gente. Logo, está todo mundo no "mesmo barco". Nesse caso, logrará êxito aquele que melhor souber lidar com a situação, sem se abater ou deixar seu desempenho ser comprometido.

3. Vou começar a escrever, e agora?

Primeiro passo: aplique o **PLE**.

Mas professor, não identifiquei esse assunto no edital!

Pois é, nem irá. Esse é um princípio implícito no seu edital, que vale para a prova objetiva e discursiva. É o **Princípio da Leitura do Enunciado**. Leia com muita atenção o comando da questão, especialmente nos estudos de caso, pois o bom examinador não coloca palavras a esmo. Esteja atento a todos os detalhes, afinal "as grandes ideias surgem da observação dos pequenos detalhes". Sublinhe e grife as palavras-chave do enunciado, para que nenhuma delas passe despercebida.

Uma vez superado esse passo inicial, planeje a sua resposta. **Não se esqueça de definir as estruturas trabalhadas nas aulas anteriores (formal e conceitual), bem como de definir os pontos semânticos que irão compor seu texto.** Esse planejamento, em grande medida, passa pela produção de um rascunho.

O rascunho é essencial para que você possa, preliminarmente, avaliar seu texto e corrigi-lo enquanto ainda há tempo. Logo, sempre deve ser feito. Contudo, se a gestão do seu tempo não foi boa e você não puder fazer rascunho, é fundamental que, pelo menos, você trace o esqueleto do seu texto, listando em tópicos as ideias principais a serem trabalhadas.

É fundamental que, ao finalizar seu texto, você leia novamente o enunciado e se certifique que respondeu a tudo que lhe foi perguntado. E por fim, nunca deixe nunca de revisá-lo, combinado?

4. Top dúvidas

Embora esses pontos já tenham sido tratados anteriormente, como recebemos muitos questionamentos, vale a pena repisarmos.

1. **Letra de fôrma x cursiva:** as duas são possíveis. Se usar a letra de fôrma, quando empregar letras maiúsculas, você deverá destacá-las, deixando-as maiores que as demais, de modo que o examinador saiba, exatamente, quando elas foram usadas.
2. **Título:** não. A menos que o comando de prova estabeleça essa necessidade.
3. **Rasura:** um traço no centro do trecho ou palavra inadequada. Só isso.



4. **Citação de número de artigos, incisos:** só se você tiver certeza absoluta. Se estiver em dúvida, não use, a menos que lhe seja perguntado diretamente, o que é algo muito raro.
5. **Citação de dados e estatísticas:** não é necessário saber exatamente os números, pois você pode informá-los de forma aproximada. Assim, ao invés de mencionar que houve 4.254 homicídios dolosos de mulheres em 2018, você pode informar que, em 2018, mais de 4.000 mulheres foram vítimas de homicídio.
6. **Minha letra é um garrancho, e agora?** Fato é que a ilegibilidade da letra poderá acarretar prejuízo à nota do candidato. Se é seu caso, vale muito a pena caprichar e, acredite, a prática da escrita manuscrita pode amenizar o seu problema. Fora isso, não sendo ininteligível, ninguém será desclassificado por conta disso. Segue o jogo!

Bem, agora chega de conversa. Está na hora de “arregaçar as mangas”. Após o enunciado, há sempre a apresentação de uma **abordagem teórica**, cujo objetivo é relembrar os principais pontos necessários à resolução da questão, caso você necessite.

Espero que vocês gostem dos temas selecionados e, sobretudo, realmente façam as redações propostas. O treino é seu maior aliado: somente por meio dele você conhecerá seus pontos de melhoria, que, devidamente trabalhados, permitirão sua evolução.

Então, quero ver todos com a sua caneta esferográfica fabricada em material transparente a postos. Façam um excelente trabalho!

Prof. Marcio

Tema 1 – Políticas públicas

A avaliação de políticas e programas governamentais tem grande relevância para o planejamento de gestões governamentais e constitui uma etapa importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle social sobre a efetividade da ação do Estado, além de permitir aos formuladores e gestores o desenho de políticas mais conscientes, com melhores resultados e melhor utilização de recursos.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que responda, de forma justificada, aos seguintes questionamentos, relativos à avaliação de políticas públicas e de programas governamentais.

- 1 Como as avaliações podem auxiliar no processo de tomada de decisão para implementação de políticas e programas governamentais?
- 2 Como a avaliação formativa e a somativa podem contribuir para a melhoria de políticas públicas no Brasil?
- 3 Por que, em alguns casos, os programas não são implementados de acordo com o seu desenho original?



Proposta de Solução

Inicialmente, esclareça-se que a avaliação de programas corresponde a uma série de atividades desenvolvidas para corrigir, dar suporte, além de descrever e explicar as operações, os efeitos, as justificativas e as implicações sociais das políticas e dos programas. [Introdução conceito]

Ademais, de modo mais específico, o seu objetivo é produzir efeitos e resultados concretos, que possam balizar as decisões a serem tomadas por gestores, executores e sociedade civil em geral. Serve para melhorar um programa ou serviço e modificá-lo a partir do conhecimento de suas qualidades e fraquezas e verificar sua eficiência e eficácia, de acordo com os objetivos aos quais se propõe. Demonstra, pois, ser um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, dos formuladores e dos implementadores de programas, pois possibilita que se conheça o que está acontecendo e que se atue sobre os fatos, de forma a realizar ajustes necessários, economizando-se, dessa forma, tempo e recursos, o que eleva a credibilidade das ações públicas. [Tópico I]

Ademais, mencione-se que a avaliação formativa contribui à medida que investiga como um programa funciona, bem como as estratégias utilizadas para o alcance dos resultados. Geralmente realizadas desde a fase inicial de implementação de um programa, proveem retorno sobre de que modo as equipes estão desenvolvendo as atividades planejadas dentro do cronograma e com que eficiência. Por sua vez, a avaliação somativa é útil por aferir os resultados obtidos pelo conjunto de ações desenvolvidas no interior de um determinado programa. Diz respeito à efetividade e aos efeitos do programa sobre a população-alvo, permitindo se averiguar o impacto que um programa ou ação teve para a sociedade. [Tópico II]



Acrescente-se que podem acontecer divergências entre planejamento e execução devido a fatores como a falta de relacionamento entre formuladores, implementadores e "stakeholders". Acrescentem-se: os problemas orçamentários, tanto no que se refere à subestimativa do recurso necessário, quanto aos frequentes contingenciamentos; os relacionados ao instável e dinâmico cenário político, os quais, por vezes, implicam a mudança das prioridades; a não continuidade de determinadas ações do governo anterior pelo novo governo, no caso de troca de comando; e a problemas técnicos, visto que, por melhor que seja o planejamento, durante a execução, surgem fatores imprevisíveis, os quais podem acarretar a mudança do cenário inicial. [Tópico II]

Em resumo, a avaliação de programas é essencial na gestão pública, proporcionando correções e suporte para políticas governamentais. Seu propósito é produzir resultados concretos, orientando decisões de gestores e contribuindo para ajustes eficientes. Tanto a avaliação formativa quanto a somativa desempenham papéis cruciais, desde a fase inicial até a análise final dos impactos. A identificação de divergências entre planejamento e execução, influenciadas por fatores como relacionamentos interinstitucionais e questões orçamentárias, destaca a necessidade de adaptabilidade. Em última análise, essa prática não apenas aprimora a eficácia das ações governamentais, mas também fortalece a credibilidade das iniciativas públicas, promovendo uma administração mais transparente e alinhada às necessidades da sociedade. [Conclusão]

Tema 2 – Sistemas de Governo

Redija uma questão dissertativa sobre o tema: "presidencialismo como sistema de governo". No seu texto:

- Caracterize o presidencialismo;
- Apresente as especificidades do presidencialismo caso brasileiro.



Proposta de solução

O sistema de governo define a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, bem como a forma como o chefe de governo é escolhido e exerce suas funções. Os dois sistemas de governo contrastantes são o parlamentarismo e o presidencialismo. No Brasil, adota-se o sistema presidencialista, dotado de suas especificidades.

Inicialmente, esclareça-se que o sistema presidencialista tem como características uma rígida separação dos Poderes. Nesse sentido, existe uma clara separação entre quem faz as leis – Poder Legislativo – e quem tem a obrigação de executá-las – Poder Executivo. Assim, o governo é independente do parlamento e a este cabe fiscalizar o Executivo. Ademais, no presidencialismo, as funções de chefe de governo e chefe de estado se concentram em uma única figura: o Presidente.

Quanto às características específicas do modelo brasileiro, pode-se mencionar que no Brasil, o Presidente da República possui iniciativa exclusiva de projetos de lei em diversas searas, como o orçamento e servidores públicos (regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria), o que lhe confere importante domínio sobre a agenda legislativa. Entretanto, a iniciativa legislativa vai além, visto que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, as quais podem ser convertidas em leis, bem como decretos autônomos.

Ademais, em todas as matérias de sua iniciativa chefe do Poder Executivo ainda possui a prerrogativa de solicitar urgência, obrigando com que os temas por ele proposto sejam obrigatoriamente enfrentados em prazo relativamente curto. Assim, essas possibilidades ofuscam a separação dos poderes, notadamente quanto à exclusividade da iniciativa de leis pelo Poder Legislativo, aproximando-o do sistema parlamentarista, no qual há uma separação



atenuado dos Poderes. Outro exemplo nessa mesma linha, é a e a possibilidade de nomeação de parlamentares para compor os diversos Ministérios do Poder Executivo.

Outra característica é a existência do sistema de coalizão política. Devido à fragmentação partidária e à necessidade de apoio legislativo para aprovar projetos de lei e emendas constitucionais, os presidentes frequentemente precisam construir alianças com diversos partidos políticos para governar de forma eficaz. Isso resulta em um cenário de negociação constante e de distribuição de cargos e recursos em troca de apoio político. Assim, se por um lado o presidencialismo brasileiro atribui ao Poder Executivo forte relevância na formação da agenda legislativa, por outro, o Legislativo é bastante forte na formulação das políticas públicas, visto que, para serem efetivadas, passam pela aprovação deste Poder.

Portanto, percebe-se que o sistema presidencialista, adotado no Brasil, apresenta particularidades que influenciam diretamente a dinâmica política e legislativa do país. A rígida separação dos poderes, característica essencial desse modelo, é contrabalanceada por nuances que aproximam o presidencialismo brasileiro de aspectos do sistema parlamentarista, especialmente no que diz respeito à iniciativa legislativa e à formação de coalizões políticas. Nesse contexto, compreender as nuances e os desafios do presidencialismo brasileiro é fundamental para a análise e o aprimoramento das instituições democráticas e da governança política no Brasil.

Tema 3 - Igualdade Racial

A questão da inserção do negro na sociedade nacional e sua mobilidade social é recorrente no debate da sociologia brasileira. Embora as desigualdades raciais ainda permaneçam, nas últimas três décadas importantes políticas foram adotadas pelo Estado brasileiro, reconhecendo o valor histórico dos negros para a formação da sociedade nacional. Nesse contexto, vêm se construindo políticas compensatórias, a partir de ações afirmativas, voltadas para essa população.



a) Indique ao menos dois importantes dispositivos presentes na Constituição Federal de 1988 no que tange ao reconhecimento dos direitos dos negros pelo Estado Brasileiro.

b) Em julho de 2010, foi aprovada a Lei Federal 12.288, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial destinado à população negra do país. Essa lei tornou-se um importante instrumento de promoção de ações afirmativas e de combate ao racismo. Apresente e conceitue três tipos de racismo apontados pelo diploma legal. Além disso, aponte quatro ações para a promoção dos direitos fundamentais da população afrodescendente, duas referentes à educação e duas referentes à cultura, decorrentes do referido Estatuto.

Proposta de solução

A Constituição Federal de 1988, documento basilar da ordem jurídica brasileira, estabelece os princípios fundamentais que regem a sociedade brasileira, entre os quais se destacam a igualdade e a não discriminação por motivos de raça, cor, etnia e origem. Objetivando dar concretude a essa intenção o Estatuto da Igualdade Racial, promulgado em 2010, representa um marco legislativo na luta contra o racismo. Esses documentos albergam diversos dispositivos que demonstram o compromisso do Estado para a promoção da igualdade racial no Brasil.

Inicialmente, quanto às mudanças importantes introduzidas na Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e dirigidas ao combate ao racismo, pode-se mencionar que essa prática passou a constituir-se em crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão. Além disso, na Carta Magna, passa a ser assegurado aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras o direito ao reconhecimento da propriedade definitiva da terra, sendo que o Estado brasileiro deverá garantir a emissão do título definitivo de propriedade para essas comunidades.

No que tange ao Estatuto da Igualdade Racial (EIR), afirme-se que há a referência a três tipos de racismo: individuais, institucionais e estruturais. O racismo individual refere-se a atitudes, comportamentos e preconceitos racistas expressos por indivíduos



em suas interações pessoais. Esse tipo de racismo pode manifestar-se através de insultos, discriminação no ambiente de trabalho, violência física, entre outras formas de discriminação direta.

Por sua vez, o institucional é uma forma de racismo enraizada nas práticas de instituições sociais, políticas e econômicas. Sob essa concepção, o racismo opera, em regra, de forma indireta, através das instituições que são hegemonizadas por grupos raciais que impõem os seus padrões, com o privilégio de determinados grupos raciais no acesso a cargos de liderança, cargos públicos, postos de poder, acesso a saúde, educação.

Por fim, o racismo estrutural é uma forma mais ampla de discriminação racial, profundamente enraizada nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade. Ele permeia todas as instituições e sistemas, perpetuando desigualdades sistêmicas e injustiças raciais. Diferentemente do racismo individual e institucional, o racismo estrutural opera de maneira invisível e é sustentado por padrões sociais.

Quanto às ações para a promoção dos direitos fundamentais da população afrodescendente no campo da educação, citam-se: a obrigatoriedade do estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados; e o desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade. Por seu turno, na seara cultural o EIR assegura, sob proteção do Estado, aos remanescentes de quilombo o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestações religiosas, bem como estabelece que o poder público incentivará a celebração das personalidades e das datas comemorativas relacionadas à



trajetória do samba e de outras manifestações culturais de matriz africana, bem como sua comemoração nas instituições de ensino públicas e privadas.

Portanto, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Igualdade Racial representam avanços significativos na luta contra o racismo no Brasil. No entanto, é fundamental avançar na implementação efetiva dessas políticas e na conscientização da sociedade sobre a necessidade de combater o racismo em todas as suas formas, visando construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos os brasileiros.

Tema 4 – LAI

Redija um texto dissertativo sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI). Em seu texto, aborde os seguintes tópicos:

1. O direito ao acesso à informação.
2. O papel da LAI na garantia do direito à informação.
3. Transparência ativa e passiva.
4. Restrição de acesso à informação.

Proposta de solução

Um dos pilares de qualquer regime democrático é o acesso à informação, visto que somente cidadãos bem informados são capazes de fazer escolhas políticas assertivas, bem como exercer o controle social, fiscalizando a ação governamental e participando das decisões que afetam a coletividade. [Introdução]

Reconhecendo essa importância, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) estabeleceu o acesso à informação como um direito fundamental dos indivíduos, reforçou a publicidade como princípio basilar da administração pública e criou instrumentos para aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo. Nesse



sentido, dispôs a CF/1988 que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Regulamentando o que dispôs a CF/1988, em 2011 foi editada a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei 12.527/2011 – a qual se tornou um marco na transparência e no acesso à informação por parte do cidadão. Com efeito, a LAI quebrou paradigmas, reconhecendo como premissa que o Estado não produz nem armazena informações em interesse próprio, mas no da coletividade. Por isso, toda informação produzida pelo poder público deve ser acessível por qualquer indivíduo, exceto se houver um interesse público envolvido. Em termos mais práticos, a LAI estabeleceu uma série de premissas, instrumentos, obrigações e responsabilidades para os órgãos e entidades públicas, bem como prazos e penalidades para quem descumprir as suas diretrizes. Dessa forma, afirme-se que a LAI deu maior concretude ao direito à informação e, por isso, é considerada uma baliza no tema.

Entre as inovações trazidas pela referida lei, são de grande importância os conceitos de transparência ativa e passiva. A primeira diz respeito à disponibilização da informação de maneira espontânea, independentemente de qualquer solicitação. A própria LAI apresenta uma lista mínima de informações a serem disponibilizadas, tais como: registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros e informações concernentes a procedimentos licitatórios. Esse rol de informações deve ser divulgado, obrigatoriamente, na internet.



Por sua vez, a transparência passiva envolve a disponibilização das informações após solicitação do interessado. Sobre esse ponto, segundo a LAI, é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

No que tange à restrição do acesso à informação, não obstante ser o livre acesso a regra, há hipóteses em que a informação será sigilosa. Sobre isso, dispõe a citada lei que são sigilosas as informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado. Outra hipótese em que a ampla publicidade é mitigada é quando se trata de informações pessoais, em consonância com o direito à intimidade, previsto na CF/1988. Consoante o que dispõe a LAI, as informações pessoais, as quais se referem à intimidade, vida privada, honra e imagem, terão seu acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem, exceto se houver previsão legal ou consentimento.

Em síntese, a LAI e os dispositivos constitucionais que a respaldam representam um avanço significativo na consolidação da democracia no Brasil. Ao reconhecerem o acesso à informação como um direito fundamental e estabelecerem mecanismos para sua efetivação, essas normativas fortalecem a participação cívica e o controle social sobre a atuação governamental, pilares de um regime democrático.

2 PRÁTICA

Caro aluno, agora é com você! Treine bastante com os temas expostos, lembrando-se sempre de aplicar o conhecimento acumulado nas aulas anteriores, tanto sob o ponto de vista da estrutura, quanto dos aspectos gramaticais.

Lembrem-se de nos encaminhar seu texto, se assim desejarem, por meio da área do aluno, de forma manuscrita digitalizada, conforme explicado na aula 00 do curso.



Para a sua redação, utilize a área abaixo, lembrando de especificar o número do texto escolhido no campo apropriado. Você pode nos encaminhar um arquivo único (em pdf) ou colar as imagens digitalizadas dentro de um documento em Word.

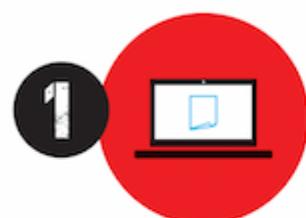
As questões discursivas serão devolvidas exclusivamente ao aluno, por meio da área destinada ao curso no site do Estratégia Concursos.

Desejamos um excelente trabalho a todos vocês!



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.